

Avaliação: técnica e ética

*José Dias Sobrinho**

Resumo: Este artigo discute vários sentidos da avaliação na educação superior. Sua linha central de reflexão focaliza a avaliação muito mais ética do que técnica. A avaliação produz efeitos e sentidos. Por isso, liga-se fundamentalmente à formação. O texto discute algumas das transformações e alguns sentidos produzidos pela avaliação. De modo particular, discute os sentidos da formação na sociedade contemporânea, em geral dominada por valores da lógica econômica, e propõe uma revitalização dos valores da cidadania e da sensibilidade social.

Palavras-chave: Avaliação; educação superior; técnica; ética; quantidade-qualidade.

Abstract: This article discusses many meanings of higher education evaluation. It's central line of think has it's focus on the evaluation of ethical meanings rather than on the evaluation of technical aspects. Evaluation produces effects and meanings. Therefore, it's fundamentally connected to "formation". This article discusses also some of the changes and meanings produced by evaluation. In a particular way, it discusses the meanings of education and formation on the modern society, usually dominated by economic values, and proposes a revitalization of civic values and social sensibility.

Key-words: Evaluation; higher education; technique; ethics; quantity-quality.

A avaliação tem muitas faces. Significa muitas coisas, se apresenta de muitos modos e busca cumprir distintas finalidades. Também oculta muitos significados. Não a podemos compreender simplesmente como instrumento ou mecanismo técnico. Ela produz sentidos, consolida valores, afirma interesses, provoca mudanças, transforma. Tem uma profunda dimensão pública. Então, interessa a muita gente. Por isso é política e ética, embora muitas vezes queira esconder isso sob o manto da técnica, como se sua tecnicidade a fizesse neutra e destituída de valores. Uma reflexão sobre este tema será sempre inconclusa e preliminar. Certamente deixará suspensas no ar muitas dúvidas. Mas é preciso lançar as questões. Começar, ao menos.

Avaliação é plurirreferencial

É notória a importância hoje atribuída à avaliação, especialmente no âmbito educacional. Viveu momentos gloriosos há cerca de quarenta anos atrás, em sua fase de profissionalização, especialmente nos Estados Unidos, quando fornecia bases de julgamento para as políticas públicas desenvolvidas pelo Estado de Bem-estar social. Agora, na encruzilhada dos dois últimos séculos e milênios, a avaliação readquire enorme presença e se instaura no centro das grandes reformas que em todos os níveis se operam. As transformações dos

Estados modernos, de modo particular as reformas dos sistemas educativos, têm em seu centro a avaliação. Entretanto, ainda que sejam notáveis os desenvolvimentos nos campos práticos e teóricos e espetaculares os avanços das ciências e das técnicas, que aportam novas formas de compreensão e de práticas e diversos ângulos de abordagem da realidade social, enriquecendo, pois, pela complexidade, o campo da avaliação, não há como fugir mesmo hoje de perguntas que deixam o tema cada vez mais exposto a uma pluralidade de respostas inconclusas, quando não engasgadas. Por mais que se realizem fundados estudos, se publiquem valiosos escritos que tornam muito denso esse campo teórico e se desenvolvam poderosas práticas na área, impossível escapar de uma questão básica e incômoda, a primeira, que está na origem de todas as outras: o que é, mesmo, avaliação? De que estamos tratando quando falamos de avaliação? Essa pergunta pode se desdobrar em outra: qual é o campo da avaliação?

Por mais incômoda e fundamental que seja essa pergunta muito simples e aparentemente de óbvias respostas, é preciso adiantar que ela não é comumente feita. Calamos sobre seus significados, como se todos soubéssemos muito bem o que significa avaliar. O uso da palavra avaliação, sim, é comum, tanto que faz parte das rotinas diárias de comunicação nos diversos setores das atividades humanas. Tudo se avalia, ao menos se aplica o termo avaliação para muitas e diferentes coisas, em distintos contextos e para diversificados referidos. Essa é mais uma dessas palavras amplamente utili-

* Professor aposentado da Unicamp. Professor dos Mestrados em Educação da FURB e da PUC-PR.

zadas e de que todos conhecem alguns sentidos, mas pouco entendimento comum haveria se os seus múltiplos sentidos fossem postos em questão. É mais um desses termos que fazem parte da vida de todos nós e uma dessas atividades que nos afetam sempre e diferentemente. Porém, neste e em tantos outros casos não basta uma boa definição. Os problemas sociais e políticos, que então dizem respeito ao humano e à sociedade, continuam incômodos e, muitas vezes, intactos mesmo depois que os definimos, sempre precariamente, e os enquadrámos em uma solução técnica.

A primeira atitude a ser adotada na busca de compreensão do termo é fugir da tentação do discurso monorreferencial, do sentido único e da definição que tenta substituir a indagação por ponto final. Avaliação é um fenômeno essencialmente complexo e permanece incompreensível ou até mesmo deturpado se sobre ele lançamos uma visão simplificadora. Aliás, a complexidade faz parte do humano. Nada que diga respeito ao homem e à sociedade pode ser satisfatoriamente compreendido, ainda que só dentro dos nossos limites intelectuais, sem que intervenhamos com muitos olhares e ferramentas de análise. A complexidade está incorporada à humanidade desde sempre. Convém observar, entretanto, que as mudanças que se operam na vida atual têm sido crescentemente mais rápidas, caóticas e complexas. Crescem hoje as ambigüidades, as questões que não se resolvem bem ou completamente, a diversidade de possibilidades de focar o mesmo problema, a polissemia, o valor de aspectos intangíveis. Por exemplo, se antes no mundo da economia e da política os símbolos da riqueza e do poder eram coisas materiais e tangíveis, como propriedades agrícolas e urbanas, tais como terras, edifícios, empresas, equipamentos, matérias primas, tudo isso redundando em dinheiro e dominação, agora, além de tudo isso, para acumulação de todos os bens materiais e aumento dos lucros, prestígios e competitividade se entende indispensável e fundamental o conhecimento, travestido na linguagem em moda em competências e habilidades. Quem possui as competências e habilidades que o mercado define como importantes tem alto preço.

Dizer que a avaliação não é monorreferencial é admiti-la mergulhada em ambigüidades e tensões e assumir que ela não pode produzir certezas ou respostas finais. Não há um único modelo de avaliação, uma só concepção, uma só prática. Falar de avaliação é necessariamente tratar de avaliações. Plurais, mas não aleatórias e descomprometidas, devem ser confiáveis e justas, técnica e eticamente. Isso quer dizer que deverão desenvolver-se segundo uma certa racionalidade técnica, que assegure informações objetivas e críveis, mas também é imprescindível que cumpra os requisitos da

equidade, tais como a ausência de coerção, a construção de garantias de respeito aos sentidos produzidos socialmente, a liberdade de expressão, a participação e sobretudo colabore para a justiça social e não para as desigualdades e a exclusão.

A avaliação é plurirreferencial, semanticamente plural, dotada pois de múltiplos sentidos e interesses distintos e contraditórios, como tudo o que se realiza na esfera social e pública dos valores e ideologias. É aqui mesmo, no domínio do político e dos valores, que se estabelecem as múltiplas dimensões e a pluralidade dos sentidos que vão sendo construídos relativamente à avaliação. Para se compreender os sentidos da avaliação, devemos interrogar sobre seus processos. A compreensão não é um dado *a priori*. Tampouco se deve falar dela como conceito abstrato e valendo indistintamente para toda e qualquer circunstância. A compreensão de uma avaliação em particular se realiza *a posteriori* e não pode deixar de levar em conta as manifestações concretas de sua construção, desejos, intenções dos sujeitos e os valores que impregnam e de algum modo constituem as práticas sociais daqueles que se envolvem no processo e por ele são afetados.

Valores: campo de relatividades e linhas de horizonte

Neste campo de desejos e valores também reinam as ambigüidades e incertezas. Os valores passam hoje por transformações radicais. Se antes eram valores centrais o bem, o belo e a verdade, ou seja, valores referidos ao ser, ao outro, ao conhecimento e à estética, agora assumem primazia a competência, a eficiência e a utilidade, isto é, os valores utilitários e práticos. Estes valores pragmáticos e economicistas dominam a maioria das avaliações externas protagonizadas pelos Estados e suas agências. O conhecimento, sendo agora a principal fonte de geração de riquezas, perdeu a referência de verdade como valor central: o conhecimento agora vale não pela verdade, mas pelo que apresenta de utilidade. Para quê serve? Qual seu valor de uso ou de troca? É eficaz? Nessa linha de pensamento e ação, a educação tem enfraquecida sua importância como processo de produção de idéias e de emancipação do homem e da sociedade e ganha valor instrumentando competências profissionais e a organização dos postos de trabalho. Por isso, o conhecimento que tem valor é agora aquele que é útil para a performatividade econômica. O currículo é instado a adaptar-se a essas novas exigências do profissionalismo. O que se deve aprender é aquilo que tem utilidade para o aumento das competências e habilidades pragmáticas. O critério de qualidade de uma instituição a ser adotado pela avaliação submete-se aos sentidos do

profissionalismo e do eficientismo. Instituição de qualidade, nesta lógica, é, então, aquela que é capaz de se demonstrar objetivamente eficaz e eficiente. Ser gerencialmente eficaz e produtiva: obter mais produtos e bem adequados às necessidades pragmáticas da vida com menos recursos materiais e humanos. Com menos ônus para o poder público.

Evidentemente, não devemos condenar as capacidades relacionadas ao trabalho e aos demais empreendimentos huma-

nos. Quanto a isso, inaceitável é o que opõe, como pólos contrários e irreconciliáveis, a eficiência individual à solidariedade e à socialidade, a competência ao espírito de cooperação. A humanidade se desenvolve sobretudo através de práticas históricas concretas, não simplesmente mediante belos ideais. Por isso, certamente a educação, naquilo que lhe é possível fazer, deve ocupar-se decisivamente da formação de pessoas competentes para as ações e empreendimentos que o desenvolvimento da sociedade requer, sendo isso dimensão inseparável do conjunto de conhecimentos, aptidões, competências e habilidades que o indivíduo, como ser social, necessita para participar ativamente de uma comunidade ética e se comunicar adequadamente nos contextos de trabalho, cultura e nas diversas situações da vida em geral. As competências técnicas também são imprescindíveis para a construção dos processos de felicidade humana.

Nesse campo de sentidos, nessa ecologia ética da profissionalização, caberia falar também da profissão do educador. Caberia tratar dos valores educativos, das competências técnicas e sociais dos professores, mas não poderíamos omitir a discussão sobre a realidade da carreira, as carências de formação e de aperfeiçoamento contínuo, as coerções que produzem heteronomia, a usurpação do currículo mediante os mecanismos avaliativos de controle e a precarização da vida do educador em razão dos baixos salários e das más condições de trabalho. Sabemos que toda sociedade quando enfrenta duras crises econômicas e políticas tende a responsabilizar a educação, como se esta fosse sempre a principal senão a única culpada pelos problemas nacionais e pelo declínio da competitividade internacional dos países. A responsabilização principal recai quase sempre sobre os professores, sem que jamais se considerem as precárias condições da carreira e da profissão docente, os insuficientes salários e as faltas de oportunidades para aperfeiçoamentos e atualizações e a crescente negação da autonomia. A avaliação do professor acaba

sendo, nessas circunstâncias, um mecanismo de dispersão, uma cortina de fumaça que inibe a visão dos verdadeiros problemas e retira de setores da sociedade e do Estado a responsabilidade que têm sobre a provisão e o

desenvolvimento qualificado da educação. Assim, a avaliação desenvolvida segundo essa racionalidade da responsabilização da educação pelas crises econômicas, sociais e políticas de um país e da desprofissionalização dos professores pode acabar

justificando as desfídias dos poderes públicos, os baixos investimentos na área e os precários salários dos educadores.

Falar de valores é abrir domínios de relatividades. De que valores falamos? São eles inerentes às essências ou só existem à medida que atribuídos? O que vale mais: um valor material ou espiritual? A quem pertencem os valores e a quem servem? Qualidade é um valor, mas o que é mesmo qualidade? Eficiência é um valor, mas o que ocorre se ela é concebida como o valor central, como se fosse de primeira ordem, como quase sempre ocorre no universo dominado pelo gerencialismo? Educação continuada é um valor, mas que valor tem uma educação que continuamente reforça os valores da submissão e da reprodução e se coloca a serviço do mercado excludente e nefasto? Economia tem seus valores, mas podem eles subsumir todos os outros, como se a vida humana outra coisa não fosse senão aquilo que se tem como propriedade individual e para uso particular? É justo que o capital financeiro abafe os empreendimentos pela valorização do conjunto da população comprometida com os valores da socialidade? Cidadania, é isto apenas retórica a serviço de uma propaganda que interessa aos grupos que detêm o poder ou é emancipação real da sociedade?

Por certo o tema dos valores nos remete à do sujeito do discurso: quem fala da avaliação, quem a faz e de que lugar? A palavra avaliação, como dissemos antes, é largamente utilizada em situações formais e informais e, em geral, os seus sentidos não são postos em questão. Trata-se de uma palavra de semântica bastante escorregadia, mas que quase nunca traz inquietação àquelas que a utilizam. É como se houvesse um entendimento tácito entre os usuários concedendo que a palavra seja utilizada em diferentes situações e por indistintos sujeitos. É uma dessas palavras complicadas, mas que fluem bem. Não produz cuidados, não faz conceber dúvidas quando usada na comunicação diária. Mas, certamente

A avaliação é plurirreferencial, dotada de múltiplos sentidos e interesses distintos e contraditórios, como tudo o que se realiza na esfera social e pública dos valores e ideologias.

será utilizada distintamente por um educador, um administrador, um gerente, um médico, um atleta, um técnico, um aviador, como é próprio do fenômeno da linguagem, que é produção social, se estes sujeitos incorporam os valores mais fortes de sua área de atuação, apresentam as marcas mais fundas de sua formação profissional e de suas vivências psico-sociais. A avaliação ganha algumas características específicas e alguns sentidos particulares nos respectivos âmbitos da educação, da administração pública, da política, das profissões e assim por diante. Então caberia perguntar o que é avaliação segundo os sentidos conferidos pelos educadores, o que significa avaliar no campo médico, ou como os políticos, administradores ou gerentes entendem a avaliação e, portanto, como a exercitam. Mas, são mesmos distintos os conceitos e os valores para os diversos profissionais? Para além das especificidades da formação, dos usos e costumes de cada área e dos sub-grupos culturais, há valores mais amplos próprios de uma dada sociedade e mesmo da esfera globalitária que interferem na vida grupal e individual. Isso explica por que valores da esfera econômica e seus respectivos discursos e representações penetraram em todos os âmbitos e exercem forte domínio na educação. Igualmente se entende por que as avaliações externas oficiais se fundam em critérios e indicadores largamente utilizados pelos economistas e administradores.

Ao tratar do sujeito da avaliação não podemos ocultar a questão das intencionalidades. Não basta identificar quem faz avaliação. É preciso ir além e perguntar pelas intenções. Quais os efeitos que buscam os responsáveis por uma avaliação? Estamos aí acrescentando um dado fundamental à compreensão do fenômeno, dizendo que ele pode ser melhor compreendido pelos seus efeitos e pelos sentidos de seus usos, ou seja, sua função. De algumas coisas será mais fácil definir a função, especialmente no âmbito pragmático e imediato. Da faca se diz que sua função é cortar, do coração é bombear o sangue, do ônibus é transportar pessoas, do livro é registrar os textos para leitura. Tudo isso, que parece muito simples, compreensível sem esforço para qualquer criança, pode ganhar grande complexidade se lançarmos reflexões de outras ordens. Bastaria colocar o problema da função de algo - um livro, por exemplo - , não simplesmente como objeto material, mas cultural e espiritual. Então, do ponto de vista cultural, espiritual, social, político, qual a função, ou melhor, quais as funções de um livro? De um livro de literatura? E de um livro técnico? Essas funções são idênticas para todos e independem da história? Que faces têm essas funções - por exemplo: utilitária, pragmática, estética, social, política, ética, transformadora, conservadora, transcendente, econômica, cultural...? O dado material, imediato, pode denotar

coisas muito simples, mas o que dizer do campo simbólico? Por exemplo, qual a função de uma cruz ou quais os simbolismos deste objeto material ou de sua representação na história humana e na espiritualidade das pessoas? As cruzes não são todas iguais, não apresentam a mesma simbologia e não servem aos mesmos objetivos. Cristianismo e nazismo, por exemplo, usaram a cruz com simbolismos diferentes.

Os sentidos ganham em complexidade quando intervêm o campo dos simbolismos e emergem valores e interesses públicos. Qual a função da educação? Preparar mão-de-obra, treinar profissionais, selecionar para postos de trabalho, servir o mercado, emancipar, formar cidadãos livres, preservar as ideologias dominantes, formar elites e líderes, conservar a produção cultural e histórica, desenvolver a tecnologia, investigar, produzir ciência, modernizar a indústria, aumentar a competitividade, prestar serviços à comunidade, elevar os níveis de consciência, conservar o patrimônio cultural da humanidade? É tudo isso e muito mais, ou muito menos, dependendo das relações de poder em que se institui. Um função priorizam os processos e a formação humana. Outras valorizam principalmente as exigências pragmáticas da vida econômica, a formação profissional e os produtos. Um concedem primazia à emancipação, outras estão dotadas de uma racionalidade instrumental.

Educação e formação: distinções epistemológicas e éticas

Muitos dos problemas da educação superior são recentes. As mudanças hoje são aceleradas e de graves conseqüências. A educação não pode deixar de atender as urgências do mundo atual e até mesmo se antecipar ao futuro e intervir na sua construção, fortalecido pelos conhecimentos e pelos valores. Ao mesmo tempo, há de preservar a cultura humana historicamente acumulada, renovando permanentemente a compreensão sobre ela. É instada a desenvolver os fundamentos da ciência, das artes e da cultura geral, ao mesmo tempo que lhe cabe implementar as tecnologias em acelerada velocidade e responder às demandas específicas e imediatas da vida pós-moderna. É provocada a contribuir para a erradicação da miséria e a desenvolver as mais refinadas e avançadas pesquisas. Como transformar em sólida formação a plethora de informações desordenadas e efêmeras que invadem continuamente o universo individual? Como dar sentido e visão de unidade aos fragmentos que invadem sem muito controle as mentes e todos os sentidos através da mídia e dos mais variados canais e espaços possíveis de informação e *marketing*?

A educação atualmente ganha em indefinição e complexidade, amplia suas funções e ambivalências,

diferencia suas formas e aumenta sua dispersão. Se já não compete à educação formal a exclusividade da produção do conhecimento, tantas são as instâncias e os lugares de aprendizagem, cabe-lhe, entretanto, uma tarefa ética de grande significação e elevado valor: tratar por todos os seus meios de garantir que tenha um sentido profundamente humano o desenvolvimento econômico-tecnológico. Com a mesma intensidade, a educação superior não pode eximir-se de uma função que se torna cada vez mais necessária: desenvolver a consciência de nacionalidade. Trata-se, portanto, de desenvolver uma nova ética de fundo político, respeitosa do local e aberta ao global, que renove os espíritos e as vontades dos atores da comunidade acadêmica.

Obviamente, o conceito da avaliação que se inscreve no campo educacional está estreitamente vinculado ao próprio conceito da educação e de sua referência social. Da mesma forma, sua função. Posto assim tão esquematicamente, o problema ainda resta muito simples. Entretanto, a questão da educação não se equaciona numa oposição simples do tipo *ou...ou*. Educação não é isso *ou* aquilo, mas um fenômeno de múltiplas funções, muitas delas contraditórias, pois assim são os valores e interesses da sociedade. As instituições educativas têm, então, que administrar as diversidades e tensões: praticar o ensino para o maior número possível, tornar disponíveis os conhecimentos úteis para o mundo do trabalho e ao mesmo tempo lidar com a alta cultura e a produção daqueles saberes que não têm necessariamente significação pragmática ou utilidade imediata; preparar mão-de-obra especializada e profissionais técnicos competitivos sem deixar de cumprir requisitos da democratização e da inclusão social; valorizar a autonomia e a liberdade intelectual, ao mesmo tempo tendo que submeter-se ao controle da avaliação. Importante é que a avaliação não se reduza a controlar, tampouco seja a supressão da autonomia e da liberdade intelectual, mas seja um instrumento a elevar a consciência dos problemas, potenciar os sentidos dos fenômenos e projetar novas possibilidades de construção. Contribua para a emancipação, portanto.

A emancipação humana não se separa do desenvolvimento da sociedade. Esta hoje requer a modernização da tecnologia e uma sólida preparação profissional, ao mesmo tempo que não dispensa a independência intelectual, a crítica, a criatividade, enfim, todos os valores que constituem o âmbito da cidadania ativa e participativa. As funções estão interligadas complementarmente, embora muitas vezes sejam de difícil convivência. Constituem-se sempre provisoriamente, alterando-se suas importâncias relativas de acordo com os movimentos das relações de forças. Na prática, ocorrem as tendências que fazem com que as concepções e as funções pendam

ora mais para um, ora para outro lado. Essa não é uma questão meramente epistemológica, mas fundamentalmente axiológica e ética. Tem a ver com concepções de mundo, com valores e atitudes ante a vida.

É diferente pensar ou fazer avaliação conforme se considere que a função principal da educação é o treinamento ou, ao contrário, a emancipação. Essa dicotomia reproduz diferenças fundamentais em termos éticos e epistemológicos.

Eticamente, a valorização extrema do indivíduo produz o individualismo e exacerba os valores de competitividade. O individualismo é a centração exacerbada no indivíduo, o que produz a individualização, a massificação, a dissolução da comunidade, a dissipação das relações sociais cooperativas. As consciências são modeladas subordinando-se aos valores do darwinismo social, do sucesso individual, do acúmulo de bens materiais, do consumismo e da exclusão dos incompetentes, isto é, daqueles que não apresentam condições de competitividade. E sabemos que ganhadores e perdedores, salvo exceções individuais, já estão antecipadamente definidos, de acordo com suas respectivas condições de partida. Isso não deverá soar perverso para a massa, pois há toda uma forte ideologia amplamente espalhada culpabilizando o indivíduo e não o sistema social, econômico e ético pelo fracasso e pela exclusão. Da mesma forma, o êxito depende do esforço individual. Vale o que e quem tem bom preço, é eficaz, útil e adequado ao fundamentalismo do mercado. Este não necessita de espaços sociais onde os indivíduos produziram suas comunidades de acordo com os seus próprios valores e as finalidades comuns.

Epistemologicamente, de acordo com essa racionalidade, o valor supremo é a objetividade, que assegura plena credibilidade e visível comparabilidade. O comparável, aquilo que pode ser hierarquizado e ordenado segundo uma norma ou um critério, tem que ser necessariamente objetivo. A avaliação fundada numa epistemologia objetivista se preocupa basicamente com a eficiência e o controle da qualidade. Por aí se vê que o conceito aplicado à qualidade se origina também em fontes objetivistas. A qualidade se controla através de recursos de mensuração. Na mentalidade contemporânea dominante, qualidade se mede, se compara e tem preço, independente de se referir a idéias ou a homens. Tudo hoje tem seu preço, é "precificado", se avalia como mercadoria. Disso tampouco a educação escapa. A qualidade se submetendo às leis do mercado passa a se identificar com competências e habilidades, como conceitos e propriedades do mundo da economia. Instrumentos objetivos, como os testes, assegurariam a objetividade científica e devem gerar dados que podem ser comparados e analisados segundo técnicas quantitativas, indepen-

dendo dos analisadores. De acordo com os pressupostos da coerência e da explicação, a avaliação objetivista preocupa-se sobretudo com as respostas precisas que apaguem os problemas e as dúvidas, como devem ser os instrumentos de regulação. Trata-se mais de medir as distâncias entre o ideal, ou seja, a norma pré-formulada, e o real, isto é, o resultado alcançado, do que pôr em questão os sentidos dos processos e produtos.

Avaliação normativa e avaliação criterial

Já que tocamos no assunto das normas, cabem aqui algumas poucas palavras sobre a avaliação normativa, a preferida nos exames gerais. Ela é utilizada através de testes padronizados precisamente pela confiança na objetividade, ou seja, pelo alto grau de certeza que esses instrumentos passam ao público em geral,

que neles acreditam, sem questionar. Os resultados de uma avaliação por normas frequentemente são apresentados em termos ordinais, organizando hierarquicamente as posições, por exemplo, dos estudantes de uma mesma turma ou de uma categoria em termos nacionais e até mesmo internacionais. Isso pode servir de base para a hierarquização de cursos ou de instituições, como acaba acontecendo no Exame Nacional de Cursos, no Brasil. A avaliação por normas impõe à educação o conceito de excelência, a valorização dos melhores, mais propriamente dos mais capazes de demonstrar competências nos testes, e por consequência a identificação dos piores, dos ineficazes, incapazes e incompetentes. Assim, é um instrumento da elitização. Seleciona, não educa. Organiza comparativamente as escalas de estudantes ou de instituições, pela distribuição das pontuações, definindo relativamente ao universo selecionado que A é melhor que B, porém nem sequer pode informar sobre os níveis ou graus de cada aluno, suas dificuldades e progressos, as causalidades e as potencialidades. Nesse caso, dizer que um grupo se enquadra no percentil atribuído ao código A sequer pode assegurar que sejam bons estudantes; simplesmente sugere que, segundo a lógica do instrumento utilizado, obtiveram os melhores resultados, sendo assim considerados os mais competentes, de acordo com o instrumento. Porém, não necessariamente são competentes e, mesmo sendo os melhores, segundo os testes, nem sempre são bons. O mesmo raciocínio se aplica aos demais níveis da escala. A ser assim, não fornecem informações úteis para a melhoria educativa. Entretanto, a avaliação normativa cumpre uma função relevante no acirramento da competitividade, tan-

to no plano individual como no institucional. Também por isso e porque opera as comparações, é o tipo de avaliação mais identificado com os interesses do mercado e que atende a necessidades de controle por parte do Estado.

Até certo ponto, podemos dizer que a avaliação criterial ou por critérios tem um caráter mais formativo que seletivo, pois aqui se trata de comparar o estudante consigo mesmo, com base em critérios previamente definidos. Ela seria um instrumento que permitiria uma ação pedagógica bem informada que levaria o estudante a superar algumas dificuldades. Dela também se espe-

ram informações fidedignas a respeito das competências mínimas que todos deveriam saber demonstrar. Por isso, a avaliação criterial também é bastante utilizada como instrumento de controle do sistema educativo por

parte das autoridades governamentais. Então, avaliações criteriosas e normativas aplicadas em âmbito nacional podem muito bem se combinar para cumprir um fim comum: o controle por parte do Estado e a orientação para o mercado. É o que nos parece ocorrer no caso do ENC brasileiro. Trata-se de um exame que compara em nível nacional os estudantes de uma carreira, examina no sistema os desempenhos em competências e habilidades relativamente a critérios e a partir disso classifica os cursos, posicionando-os numa escala de cinco grupos e oferecendo informação pública dos resultados que acabam constituindo o *ranking* nacional.

Funcionalização para o mercado e cidadania plena

Tendo em perspectiva a ética e a epistemologia, se a educação tem como foco apenas os empregos, a funcionalização para os postos de trabalho, o fortalecimento da indústria, o desenvolvimento material através da modernização tecnológica, então, a sua avaliação vai privilegiar a eficiência, eficácia, competência técnica, competitividade, produtividade, utilidade, êxito individual e valores dessa ordem. Estes que na hierarquia ética são valores de segunda ordem, assumem primordialidade no liberalismo e suas atuais manifestações, isto é, passam a ser considerados primeiros na ordem. A educação valorizará o indivíduo e a objetividade. A avaliação se interessará sobretudo pela quantificação e a comparação objetiva dos resultados, tenderá provavelmente ao uso de instrumentos de medida e ao exercício do controle e valorizará aquela instituição que for capaz de mostrar-se competitiva, eficiente e eficaz.

Os sentidos ganham em complexidade quando intervém o campo dos simbolismos e emergem valores e interesses públicos.

Se, por outra, a educação prioriza os valores da formação humana integral, a avaliação que lhe corresponde também estará vinculada a essa concepção. Neste caso, a avaliação estará dirigida a valores humanos, no sentido de que são universais na história da humanidade, como os de justiça social, pertinência, cidadania, independência intelectual, felicidade, solidariedade, liberdade, fraternidade, igualdade, respeito à alteridade. Esses valores reconhecem o homem como sujeito da história, ou seja, um agente dotado de um sentido ético que deve ser respeitado enquanto tal. Se bem que adquiram as feições dos tempos e das culturas, mantêm sua essência inscrita na historicidade humana. Proclamar um valor não significa cumpri-lo. Muitas vezes a insistência na valorização e na proclamação de um valor é mais propriamente o temor de que prevaleça o seu contrário. A história mostra um permanente e universal conflito entre esses valores e os seus opostos, entre as distintas e concorrentes comunidades éticas, mas até mesmo no interior de cada grupo e sub-grupo, no movimento incessante das práticas históricas. A todo momento e em todos os níveis e graus se luta, se vive e se morre pela liberdade, pela justiça e outros valores, mas, frequentemente e desastrosamente para a construção da humanidade, a sua negação e até mesmo execração é que vencem. A supremacia da negação sobre a afirmação de qualquer desses valores representa um atentado à humanidade.

Esses valores são horizontes que fornecem linhas de ação para o desenvolvimento do processo de construção da sociedade humana. Como esse processo de construção da humanidade é interminável e sempre complexo e contraditório, esses horizontes também são móveis e constituem um campo de batalhas em que diuturna e inacabavelmente se desenrolam surdas ou ruidosas disputas pela hegemonia dos valores. Obviamente, o humano não se constitui só de espiritualidade, tampouco seus valores são apenas idéias e grandes aspirações. Por isso, os nobres valores do espírito, os ideais de emancipação e liberdade, de sociedade justa e igualitária, de felicidade e bem-estar compõem-se com as necessidades mais imediatas e pragmáticas, tais como a formação profissional, o desenvolvimento da técnica, a ampliação das condições de desenvolvimento material e cultural. O que devemos esperar da educação é que promova com muita competência a técnica enraizada na ética, e que isso efetivamente produza a vida social e individual com mais qualidade humana.

A concepção de educação fundada nesses valores e sua conseqüente avaliação confere prioridade ao sujeito e à subjetividade, o que implica na afirmação dos princípios societários, como a solidariedade, a cooperação, a democracia, a cidadania. Em outras palavras, preocu-

pa-se com a formação, no sentido de que os cidadãos, à medida que se educam continuamente, tenham melhores condições para participar mais crítica e produtivamente da produção do mundo humano. Neste caso, não serão suficientes os instrumentos técnicos e os critérios da objetividade para a compreensão da realidade, pois esta não se reduz a fórmulas matematizáveis e tampouco está isenta de valores e interesses contraditórios. Também é necessário lançar mão de testemunhos, representações e da produção conflituosa de sentidos em uma comunidade.

Não pode haver uma oposição simples entre objetividade e subjetividade ou entre processos e produtos, quantidade e qualidade, bem como entre as partes e o todo. Na verdade, a avaliação da educação exige que se combinem vários enfoques, metodologias, instrumentos e estratégias, de modo particular uma adequada intercomunicação entre os métodos quantitativos e qualitativos. Não se deve tomar como fixos e opostos os enfoques quantitativos e qualitativos, como se fossem imutáveis e incompatíveis. É preciso reconhecer que a utilização da estatística se baseia em conhecimentos de caráter qualitativo. O problema é querer escolher exclusivamente um dos enfoques como se o eleito fosse suficiente e possuidor da verdade. Esse exagero produz os vícios do quantitativismo e do objetivismo, bem como, por outro lado, do qualitativismo e do subjetivismo.

Diferentemente da objetivista, a epistemologia subjetivista ou, como também é conhecida, naturalista, não tem necessariamente um compromisso com as respostas definitivas, e, sim, com a produção e a interpretação dos sentidos. Por isso, interessa-lhe todos os enfoques e ângulos; não simplesmente as coerências e consensos, mas, sobretudo, as divergências e dissensos; não só o visível e aparente, mas, principalmente, o não-manifesto e oculto; não meramente o já feito e o imediato e, sim, também, o futuro e o longo prazo; nem tanto as deficiências e carências e mais as proficiências e potencialidades. Portanto, mais que responder em caráter final e apaziguador, importa lançar as questões, em busca de sentidos. Mas para propor as questões, é preciso conhecer os dados objetivos de uma realidade. Quantidade e qualidade são dimensões intercomplementares, e não opostas. Não se anulam, se completam, uma sendo condição de existência da outra.

Não basta apontar as deficiências. É preciso interpretar as suas causalidades e acionar as potencialidades. Para tanto, é importante saber fazer emergir as indagações fundamentais que possam produzir os sentidos importantes. E quais são os sentidos que verdadeiramente importam no processo educativo? Por coerência, são aqueles que se fundam nos valores fundamentais da humanidade e que procuram consolidá-los. A

educação deve ser um largo processo intersubjetivo de afirmação de valores primordiais e de construção da sociedade como comunidade de cidadãos competentes não simplesmente na acepção do mercado mas do ponto de vista da complexidade humana. Cidadãos dotados de sólidos valores inscritos nos horizontes éticos e políticos da humanidade, combinados com uma forte competência técnica e profissional e as habilidades requeridas pela racionalidade econômica.

Sujeitos e destinatários: avaliação interna e avaliação externa

Desnecessário dizer que, relativamente à avaliação, como se dá nos diversos fenômenos sociais, as concepções, as práticas e seus efeitos costumam beneficiar a algumas determinadas pessoas ou grupos, servir a certas idéias e a uns tantos interesses. Aqui também se trata de um jogo de forças no campo das relações sociais, hoje regida principalmente pela racionalidade econômica e pelos interesses do mercado. Isso expõe com clareza a natureza política e social da avaliação e nos remete à questão dos destinatários. Nenhuma avaliação é indiferente e destituída de interesses. Toda avaliação é feita para produzir determinados efeitos. Isso não significa que não deva ser imparcial. Mas, imparcialidade não significa isenção de valores. A avaliação se dirige a destinatários específicos e com temas concretos e contextualizados. Uma prática avaliativa é sempre temporal, situada em contextos humanos cheios de representações e valores e se destina a cumprir interesses de determinados destinatários. Quais são os destinatários de cada avaliação? Mais uma vez, isso depende de qual avaliação, feita por quem e com quais intencionalidades ou funções.

De uma maneira ainda esquemática, porém útil para o propósito de aproximação explicativa, podemos caracterizar duas matrizes de avaliação quanto à origem: externa e interna. A primeira é conhecida como hétero-avaliação; a segunda, em geral, se realiza como auto-avaliação. Não há como evitar aqui o tema da titularidade. Em torno dela se estabelecem sérios conflitos. O titular da avaliação pode determinar sua concepção, seu desenho, suas funções, suas operações e seus destinatários. Pode, então, determinar os efeitos que a avaliação deve produzir. Ser titular é deter o poder da avaliação, possuir as possibilidades de uso e imprimir a direção dos efeitos. Titularidade produz a hegemonia. Em conseqüência, o titular da avaliação afirma e ajuda a consolidar determinados valores e a infirmar seus contrários, a priorizar certas concepções de educação e de sociedade e alimentar suas práticas, em detrimento de outras, seja nos níveis institucionais dos espaços sociais educativos ou no âmbito mais abrangente do Estado.

Embora não possamos fazer distinções absolutas ou mesmo traçar linhas de demarcação e oposição rígidas e não intercambiáveis, podemos, sim, falar de tendências permeáveis a um certo hibridismo. Na avaliação externa promovida pelas autoridades governamentais, há uma grande tendência ou ao menos uma forte probabilidade, observável em vários países, de que a avaliação seja objetivista e quantitativista, para efeitos de comparações e classificações úteis ao mercado, e controladora ou fiscalizadora, com finalidade de ajustar as instituições e o sistema às normas e ao conjunto de determinantes burocráticos e políticos. Ao menos, isso é o mais comum, embora não precise ser necessariamente assim. Sua função será, em geral, fornecer os dados objetivos e confiáveis para a efetividade de políticas governamentais de regulação do sistema e fornecer informações para as escolhas dos usuários. Fundamentalmente, tem função de controle e seleção. Seus argumentos decidem sobre a destinação ou corte de recursos, reconhecimento ou fechamento de cursos, prestígio social e coisas assim. Essas avaliações promovidas pelos governos, conforme os mais fortes desígnios do “Estado avaliador”, instrumentam as novas características de “quase-mercado” exigidas para a educação superior, de modo especial a formação técnica para o trabalho e também de modo particularmente intenso a estreita ligação com a indústria. Falamos aqui de quase mercado e não mercado, porque não são mesmo coisas idênticas. Em educação trata-se mais de uma mentalidade favorável ao mercado e de algumas práticas que se aproximam daquilo que realizam as empresas, submetidas aos ditames da economia.

Neste caso, os primeiros destinatários da avaliação serão os seus próprios promotores, para efeitos de controle e regulação, com a intermediação técnica de agências especialmente criadas para isso, que repassam as informações também aos consumidores dos serviços educacionais, em geral, tomados como clientes. Por isto é que os resultados são publicados, oferecidos amplamente ao conhecimento da população, obedecendo a critérios de objetividade, simplicidade e comparabilidade. As avaliações externas de grande alcance promovidas pelos governos costumam contar com uma pronta e não tanto crítica colaboração dos meios de comunicação de massa. A divulgação pública dos resultados em moldes escalonados e comparativos é fundamental para incrementar os efeitos sociais da avaliação.

O critério de objetividade é de grande importância, pois deve apagar as dúvidas e possibilidades de questionamentos. Uma avaliação tornada pública não convém ser problematizada, e sim aceita sem sombra de dúvida como portadora da verdade, para produzir efeitos com eficácia e sem perturbações. Não deve ser

reduzível e, sim, apresentar-se como certa, como se possuidora das certezas. Os resultados da avaliação devem ser apresentados de forma muito simples e comparados, para que ampla e facilmente sejam compreendidos por todos os clientes ou candidatos a consumidores. Para maior credibilidade e segurança de escolha, os clientes precisam ver os produtos classificados em ordem de qualidade, segundo uma norma previamente formulada. Os *rankings* cumprem essa exigência de orientação do mercado, porém, não têm valor educativo.

Cabe ainda uma observação importante: onde há uma avaliação externa e controladora bem consolidada, dificilmente prosperam as auto-avaliações formativas. É muito complicado conciliar a força coercitiva da avaliação eficientista, controladora e promotora da competitividade individual, impostas pelos governos, com uma outra que prefere a solidariedade, a cooperação, a cidadania e as responsabilidades relativamente ao conjunto da sociedade. A prioridade passa a ser o cumprimento daquilo que traz punições. Ajustar-se a uma avaliação externa coercitiva e compulsória e posicionar-se bem no campo de uma dura competição instalada no sistema pelos instrumentos de controle governamentais passa a ser importantíssimo para a sobrevivência das instituições, mesmo que para estas isso não esteja de acordo com sua filosofia educativa e sua intencionalidade formativa. Em nome da competitividade, muitos valores e princípios da filosofia educativa frequentemente são deixados de lado pelas instituições.

No caso da auto-avaliação, ou seja, da avaliação interna promovida pela própria comunidade acadêmica, segundo seus conceitos, seu ritmo, suas finalidades e suas regras, existe forte possibilidade de o processo ser participativo, dirigido ao social e destinado aos próprios sujeitos para efeitos de melhoria institucional, individual e coletiva. Isto estaria mais de acordo com os costumes acadêmicos, fundados nos princípios da autonomia e zelosos das práticas da colegialidade e das práticas democráticas institucionais. Mas, certamente mesmo a avaliação interna, pensada e operada pela comunidade de uma instituição, pode conter em grandes ou pequenas doses, características de controle e regulação. Exemplos disso não faltam nas universidades, como também são comuns na esfera da vida social cotidiana. Efetivamente, controle e avaliação educativa não se separam totalmente, esta contém aquele em doses certas. A questão ética a resolver é quanto à dosagem dos sentidos, ou melhor, aos sentidos formativos do controle. Se o controle predomina como mera fiscalização, ou como coerção, acaba anulando o sentido formativo ou educativo da avaliação. Mais do que isso: o controle, quando se justifica, deve se exercer segundo uma criteriosa intenção educativa, que deve constituir o sen-

tido dominante num processo avaliativo. Caso contrário, a avaliação será em grande parte coerção.

Por outro lado, não podemos incorrer no erro de dizer que as avaliações internas são sempre educativas e as externas, controladoras. As auto-avaliações podem conter exagerados teores de controle e às vezes poucos recursos formativos, quando por exemplo, se realizam de modo burocrático e pouco participativo. Por outro lado, as avaliações externas também podem produzir algumas informações úteis para o desenvolvimento qualitativo das atividades educacionais, especialmente quando os avaliadores indicados pelas autoridades se despojam de sua posição de força e poder e se abrem ao diálogo com a comunidade acadêmica. Neste caso, ocorre a participação e se amplia a prática da comunicação, que é o fundamento da comunidade. Aí se realiza uma interessante ecologia de aprendizagens sociais.

As muitas perguntas e idéias que vimos levantando outra função não têm senão anunciar as angulosidades do tema avaliação. Ainda que seja muito difícil equacioná-las, é importante levantá-las e organizar alguns esquemas possíveis de compreensão. E se o tema é complexo e prismático, como conceito e operação, muitas devem ser as portas e aberturas de acesso a ele. Avaliar é uma operação e um conceito que se aplicam a diferentes coisas e situações, com distintos significados. O político faz uma avaliação da conjuntura, o empresário avalia as vantagens e desvantagens de uma operação econômica, o desportista avalia suas condições atléticas, o médico avalia a saúde de seu cliente, o professor avalia os conhecimentos e habilidades de seus estudantes, o indivíduo avalia a conveniência disso ou daquilo, enfim as avaliações de muitos modos e com várias características fazem parte da vida pública e privada. Temos, então, vários verbos que se aplicam à avaliação: discernir, apreciar, determinar o valor, julgar, medir, pesar, averiguar, analisar, reconhecer, distinguir, verbos preferidos quando o enfoque é o da objetividade. Mas, avaliar também há de ser interpretar, compreender, articular, refletir, produzir sentidos, ajudar a construir novos espaços sociais e novas formas de cooperação, comunicação e aprendizagem, como preferem os adeptos das abordagens qualitativas. A primeira série favorece ações analíticas, com base em instrumentos técnicos, orientadas para conservação e regularização. A segunda se vincula a atividades coletivas, busca construir socialmente a interpretação e a compreensão de conjunto da realidade e se orienta pela intenção da transformação. Neste caso, a avaliação também produz novos conhecimentos e submete ao debate público os valores da comunidade onde se realiza. Nos dois casos, pode-se observar uma intenção prática: a análise e o instrumental técnico fornecem os argumentos para a regulação;

a interpretação e o debate coletivo podem criar, em algum nível, as condições para as tomadas de decisão para a construção do novo. E como o novo não é necessariamente sempre o melhor, o debate coletivo deve produzi-lo fundamentado na verdade social, ou seja, nesse entendimento resultante de uma ética social que promove as reflexões e discussões públicas.

Avaliação e interesse público: questões planetárias

No plano da vida dos indivíduos, a avaliação pode ser uma operação informal e até mesmo espontânea, que faz parte do tempo do cotidiano. Pertence, então, ao domínio da opinião e só exerce alguma influência no âmbito restrito daqueles que com ela se envolvem diretamente. Entretanto, no âmbito social e público, com sentidos e efeitos políticos, a avaliação deve ser um dispositivo formal e institucionalizado. Neste caso, inscreve-se numa estratégia de dominação política e cumpre funções de poder. Operada por especialistas ou peritos, a avaliação intimida, se distancia dos questionamentos ao calor das ações, se faz auto-suficiente e tem força determinante. O diagnóstico do médico, o saber-fazer do piloto, o parecer técnico do economista, a *expertise* de algum especialista, se não propriamente inquestionáveis, somente podem ser negados ou ultrapassados por outras operações técnicas especializadas que sejam consideradas tecnicamente melhores e mais atualizadas. O novo, o último, o mais atual, eis o que mais costuma ter valor no campo técnico.

No plano político e social, onde os processos guardam interesses públicos que se inscrevem no campo da cidadania, o poder de decisão e determinação da avaliação é muito forte. Do ponto de vista ético, a avaliação deveria atender ao interesse público, conforme as regras da vida social. Mas, é essa a função que sempre cumpre a avaliação?

Voltamos a nos defrontar com uma grave questão ética e axiológica. Aliás e bem a propósito, a ética e a axiologia atravessam todas estas reflexões pois se inscrevem no núcleo mais vital da avaliação. Como o demonstra a etimologia, avaliação traz na sua essência a questão do valor. Avaliar poderia significar, até certo ponto, fazer um julgamento de valor ou, mais incisivamente, determinar o valor. Certamente essa determinação deverá ter a intencionalidade da transformação, não

do mero conhecimento estático. Em verdade, só há avaliação quando se opera um juízo de valor. Como estamos o tempo todo vendo, este é um universo muito complicado. Não temos como precisar com clareza de que valores estamos falando.

Se esta sempre foi uma questão difícil, muito mais complexa ainda vem se tornando na crise da pós-modernidade, com a fragmentação e a instantaneidade das informações e as contradições do globalitarismo. Particularmente graves e enormes são as dúvidas éticas que os avanços espetaculares da genética e os graves problemas da ecologia estão trazendo às nossas consciências. A bio-ética está na agenda das grandes discussões e tão cedo não cessará de provocar controvérsias. Mais graves ainda são todas essas questões à medida que inseridas em dimensões planetárias. Requerem por

isso uma nova ética planetária, muito difícil de ser construída, pois depende da nunca atingida conciliação de agudas contradições que assolam as vidas desiguais das sociedades, desigualmente relacionadas com as forças e poderes hegemônicos.

Por facilidade e simplificação, os valores frequentemente acabam reduzidos a uma operação de medida. Quando isto acontece, a avaliação é tomada por uma de suas partes. Com efeito, o jeito mais fácil de valorar é fornecer a medida do objeto. Atribuir ao objeto um determinado valor, situá-lo numa certa posição comparativa, segundo uma escala objetiva, em geral traduzida por números, como faz a avaliação normativa. Ou comparar os graus de consecução de alguns domínios, como pretende a avaliação criterial. Ou ambas as coisas, em processos híbridos. E como a vida atual prioriza abertamente o que tem utilidade e aquilo que se inscreve no domínio dos bens materiais ou de tudo o que pode produzir riquezas e lucros, aí incluído o conhecimento útil, o econômico tende a ser a principal linha de valor. No mercado fundamentalista, valor é preço e utilidade.

O valor de um treinamento profissional pode ser aquilatado ou medido pelos efeitos que ele agrega no campo do trabalho a um indivíduo, uma empresa, uma corporação de caráter globalitário, um país. Semelhantemente, pode-se estabelecer o valor relativo de um curso, a partir dos resultados de seus estudantes em testes de competência para as atividades laborais. Mas, pode-se dizer que um curso tem mais valor que outro somente quando o conceito de valor utilizado é

A educação deve ser um ininterrupto processo intersubjetivo de afirmação de valores primordiais e de construção da sociedade como comunidade de cidadãos competentes do ponto de vista da complexidade humana

matematizável? Pode-se determinar, em face de uma norma e de critérios e com adequados instrumentos, o valor relativo de um curso na preparação das competências profissionais. Porém, como avaliar as competências humanas em geral? Os valores primordiais da humanidade são eles avaliáveis pelos mesmos procedimentos e critérios da avaliação economicista? Uma avaliação efficientista pode dar conta da complexidade de uma instituição socialmente dedicada à construção de uma sociedade complexa e densamente humana?

Melhor deixar as perguntas suspensas no ar, que assim permanecem mais significativas e duradouras que uma frustra resposta. Essas questões tocam a essência mesma da educação. Não lhe cabem respostas simples. Sua importância fundamental requer sérias reflexões e debates coletivos, pois se trata de produzir acordos sobre a filosofia educativa de uma instituição. Isso faz emergir a questão relativa aos valores humanos primordiais - com cuja insistência tanto vimos castigando os leitores - não limitadamente as competências para a vida prática imediata.

A formação deve então ser concebida em horizontes mais amplos: a capacitação técnica não deve vir separada da qualificação social, os valores do mundo da economia, tais como eficiência, produtividade e competência gerencial, devem se integrar aos valores essenciais da humanidade, como democracia, liberdade, solidariedade, respeito à diversidade, reconhecimento da alteridade. A técnica há de ser amplamente desenvolvida, porém articulada à ética. Este raciocínio nos conduz a dizer que a avaliação, muito mais que uma constatação de uma realidade pensada e um dispositivo de medida e classificação, deve implicar também a construção coletiva de um pensamento a respeito da filosofia educativa de uma instituição ou de um curso. Nesse processo de construção intervêm ações organizadas de interpretação, explicitação e questionamento dos sentidos dos valores éticos, políticos, filosóficos, numa palavra, humanos, que uma instituição está produzindo através de seus processos sócio-educativos. Mas não se trata só de compreender e explicar, porém, sobretudo, de construir as condições de possibilidades para a superação e a melhoria.

Medida e simplificação técnica da realidade

Assim pensada, a avaliação é um conceito e uma operação de grande complexidade. Simples, em certo sentido, é uma de suas partes: a medida. Não que medir seja uma operação pouco exigente do ponto de vista do conhecimento ou da operação que a produz, nem se diga que ela não requer domínio preciso de informações e métodos de acesso difícil para uma boa parte dos indivíduos. Operar os instrumentos técnicos da medida faz

parte de um domínio de conhecimentos especializados que em dadas circunstâncias pode ser de difícil acesso. São necessários conhecimentos e habilidades especializados para a produção dos instrumentos apropriados para a operação de simplificação da realidade para que esta caiba neles. A medida é difícil e complicada tecnicamente, mas, isoladamente, não é complexa, pois não intervém em múltiplas e conjuntas tessituras. A medida é simples no sentido de que ela seleciona o objeto e o toma em partes isoladas, para efeito de análise, com passos previsíveis e controláveis. A realidade não é apreendida complexamente, a não ser que em operações posteriores, para além dos procedimentos de mensuração, se efetue a reconstrução dos sentidos da totalidade. De qualquer modo, por mais importante que seja em determinadas circunstâncias, a medida é apenas uma parte da avaliação.

Se avaliar é mais que medir, então a avaliação poderia ser ainda pensada apenas como uma operação técnica, isenta de valores e sem implicações políticas? É só um retrato da realidade fixa, onde os diversos elementos ocupam seus lugares de acordo com a importância que lhes determinou a operação métrica? Bastam os resultados estatísticos para dar conta da complexidade de um fenômeno humano, de uma instituição social ou de um sistema educativo? Ora, por mais que para os que buscam o controle e os ajustes seja estratégico pensar assim, na verdade a avaliação, como a ciência, não é neutra. Ela é mergulhada em valores e se inscreve num jogo de forças e tensão num mundo de interesses diferentes e muitas vezes contraditórios cuja complexidade não cabe num instrumento métrico. Pode-se medir, e com algumas conseqüências, várias coisas no indivíduo e na sociedade, mas não suas totalidades.

Não é absolutamente sem conseqüências atribuir um número ao quociente de inteligência de alguém, não é inócua e tampouco ingênuo e neutro classificar os resultados segundo critérios de raça, religião ou estamento social, medir o tempo que um indivíduo leva para concluir uma tarefa e em função disso aceitá-lo ou não numa instituição ou numa empresa. Tudo isso requer domínio de técnicas e conhecimentos especializados e traz conseqüências de ordem ética, econômica, social etc. Tem enorme significado e um impacto muito importante para a sua vida uma instituição ser classificada, por exemplo, como excelente ou como medíocre, numa escala de comparação com publicação dos resultados para informação dos clientes, das agências de financiamento e dos governos. O mesmo quanto a um indivíduo ou grupo. Os exemplos se estendem aos milhões e estão presentes em todas as esferas das atividades sociais. Cobrir a avaliação-medida com o manto da neutralidade, porque técnica e objetiva, é uma estratégia que torna ainda mais

incisivo o seu poder de controle e regulação, abafando o social e seus valores sob a idéia da pura objetividade e da tecnicidade.

A avaliação reduzida a medida é geralmente realizada através de instrumentos objetivos e costuma ter como objeto principal os produtos. Estes são os mais facilmente perceptíveis e se oferecem mais facilmente a operações matematizáveis. Na educação, as avaliações promovidas por órgãos governamentais em geral buscam quantificar e classificar os produtos de aprendizagem, da pesquisa e da extensão, pouca atenção dedicando aos processos e contextos que os produziram.

Além disso, essas avaliações bem como muitas das promovidas pelas próprias instituições geralmente se atêm ao nível do facilmente descritível e comparável.

É mais fácil elaborar um instrumento de verificação de aprendizagem e atribuir uma nota ao desempenho de um estudante, segundo um esquema métrico, que tratar das emoções, dos sentimentos, dos valores, dos impactos sociais. É mais objetivo determinar a qualidade de uma biblioteca pelo número de livros e

revistas, que pela importância real que eles têm para a formação dos estudantes. São livros essenciais em cada área? Existe uma cultura de valorização das bibliotecas? Questões assim em geral não são feitas, tampouco pensadas. É mais prático julgar a importância das pesquisas ou dos pesquisadores pelo número de produtos ou de citações, que realmente enfrentar a questão da relevância social da produção científica. Quem se beneficia com as pesquisas? Que efeitos produzem para uma comunidade local ou para a sociedade abrangente? Qual o significado social de um trabalho acadêmico? Qual o impacto na solução de problemas da população?

É menos problemático averiguar se um curso capacita para o exercício profissional, que avaliar se forma para o exercício crítico e construtivo da cidadania. É mais tranquilo averiguar as atitudes dos professores, como assiduidade, respeito ao aluno, pontualidade, clareza, tempo de dedicação, ou sua titulação acadêmica, que julgar a pertinência do currículo e o valor da docência em sua relação com a filosofia educativa. É mais simples demonstrar os graus de compatibilidade e coerência com uma norma, que enfrentar as questões variadas sobre os sentidos dos fenômenos humanos, heterogêneos e complexos por natureza. É mais fácil e tem mais aparência científica controlar, do que avaliar nesta perspectiva que faz intervir, na intencionalidade da compre-

ensão, interpretação e julgamento de um fenômeno social, um processo de intercâmbio e complementaridade dos diversos enfoques epistemológicos e procedimentos metodológicos.

Avaliação: controle e emancipação. Desprofissionalização docente e produção de sentidos

A avaliação contém o controle, porém não o contrário. O controle é uma operação de simplificação da realidade necessária e imprescindível para o conhecimento de determinados objetos que se prestam mais à medida e à quantificação e para instrumentar práticas regulatórias. Portanto, útil quando se trata de expor ou

explicar e de executar ações, não de indagar sobre os sentidos, pertinência e justiça. Porém, a intencionalidade principal da avaliação não deve esbarrar nisso. Não deve se limitar a essa visão de mundo da conservação, da coerência e da compatibilidade, por mais que as sociedades

Cobrir a avaliação-medida com o manto da neutralidade, porque técnica e objetiva, é uma estratégia que torna ainda mais incisivo o seu poder de controle e regulação, abafando o social e seus valores sob a idéia da pura objetividade e da tecnicidade.

em suas diversas esferas muitas vezes pratiquem isso como uma necessidade bastante em si mesma. Por exemplo, é necessário ter sob controle a informação a respeito das proporções de conteúdos que os estudantes dominam. Contudo, antes e para além disso, é necessário compreender os sentidos desses conteúdos no horizonte da formação humana.

Todos os setores do mundo econômico necessitam de indivíduos muito capazes e empreendedores. O desenvolvimento da sociedade depende em grande parte da capacitação técnica de um bom número de pessoas, de modo que a responsabilidade de uma instituição educativa relativamente à questão do conhecimento é inelidível. Mas, uma vez que não há uma justa distribuição dos conhecimentos no mundo, a educação deve favorecer a idéia de que aqueles que mais se beneficiaram individualmente desse bem público também se disponham a promover mais justiça e equidade social, através dos conhecimentos e seus efeitos. A educação não pode furtar-se a formar excelentes técnicos e profissionais. Porém, além disso e mais importante é questionar sobre os significados dos conteúdos e dos métodos praticados, ou seja, pôr em questão os sentidos do currículo na filosofia educativa para a formação de pessoas competentes profissional e socialmente, segundo as exigências fundamentais da sociedade em sua abrangência ampla.

Excelentes engenheiros, médicos, professores, músicos que, com todo o capital de sua formação em cada área de conhecimento e atuação profissional, sejam, inseparavelmente, cidadãos éticos, críticos e ativos na construção de uma sociedade mais densamente humana.

A lógica aqui proposta passa a ser outra: não simplesmente quantificar as proporções de uma aprendizagem obtida, medir a eficiência e produtividade de um curso, classificar e dizer que um é melhor que o outro, porque maior, mas focar a questão dos sentidos que se vão construindo nessa comunidade de aprendizagem, de valores e de comunicação, enfim nessa teia de relações institucionais e intersubjetivas. Mais que resultados obtidos pelos alunos ou por uma instituição, o objeto em foco passa a ser prioritariamente as relações de trabalho sócio-educativas, as relações intersubjetivas concretas, as representações, as estruturas, em função da formação do estudante. A formação como fim, portanto, mas formação em seu sentido mais completo. Mais que elaborar as tábuas classificatórias e hierarquizadoras, e, por isso mesmo, denunciadoras, a avaliação deve ser um processo capaz de elaborar as indagações a partir de diversos prismas diferentes lugares, dando voz inclusive a quem normalmente não a tem, ou a tem enfraquecida, com a intenção de conceber os sentidos das relações e produzir a crítica que produza transformações.

Obviamente, todas as avaliações produzem transformações. A questão é saber quais são as transformações operadas, a quem servem, que valores afirmam e consolidam de modo consciente e intencional ou não. Da mesma forma que controle não é avaliação, mas parte dela, também não se pode confundir quantidade com qualidade. As transformações quantitativas nem sempre significam uma mudança qualitativa para melhor. Igualmente o novo, só por ser novo, não é necessariamente melhor que o velho. Aliás, sempre quando há um aumento importante de quantidade, como no caso das ma-

trículas no ensino superior que vem ocorrendo em muitos países, ou o aparecimento um tanto desordenado de instituições privadas centradas no lucro, o grande desafio é produzir o novo e crescer com qualidade e harmonia em todos os níveis e dimensões.

À medida que as avaliações externas vão se repetindo ano após ano, elas acabam marcando incisivamente os perfis da estrutura didático-pedagógica dos cursos e dos grupos de consumidores concernidos por seu alcance, que se transformam pelo poder de controle e de coerção ideológica dos exames. Elas modelam os currículos. Determinam de fora para dentro os conteúdos, os métodos e perfis profissionais. A ser assim, essa avaliação vai contra a autonomia do professor e debilita a profissão docente.

Desse modo, a formação e o conhecimento serão considerados bens privados. Perdendo seu sentido público, formação e conhecimento podem ser adquiridos ou mesmo comprados para benefício individual. Não é da natureza dessas avaliações propiciar questionamentos a respeito do currículo e da formação que estão consolidando, tampouco de os considerar bens públicos. Desta forma, as transformações passam ao largo de uma reflexão sobre a filosofia educativa de cada instituição e os valores formativos a implementar. Além disso, se impostas de cima para baixo e de fora para dentro, isto é, recusando a participação ativa dos sujeitos de uma comunidade educativa, impede também um significativo compromisso destes com essas transformações. Se os sujeitos da educação não se sentem responsáveis pelas idéias e pelas ações educativas, as transformações terão um sentido mais propriamente burocrático e de curto alcance. Não serão significativas, pois não farão parte do universo de significações que constroem as personalidades, que formam indivíduos autônomos e produzem a cidadania crítica e participativa, e que constituem a um só tempo a base e o centro da sociedade humana.